

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 2000

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta suas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social de 2000, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e o Relatório das principais atividades desenvolvidas pela Companhia no período.

Trata-se do primeiro exercício social completo após o processo de reestruturação societária e patrimonial pelo qual passou a Companhia, desde a criação do Programa Estadual de Desestatização - PED, instituído pela Lei Estadual nº 9.361, de 05 de julho de 1996.

Em 2000 a CESP alcançou a expressiva meta de cinco novas turbinas colocadas em operação em um único ano, todas na Usina Engenheiro Sérgio Motta, acrescentando ao sistema interligado sul/sudeste/centro-oeste 504 MW de potência, suficiente para atender a uma população de cerca de um milhão e meio de habitantes. As novas unidades instaladas na Usina neste ano vieram se somar às três que entraram em operação durante o ano de 1999 e demonstram a capacidade da Companhia em superar as metas estabelecidas com o objetivo de cumprir todos os compromissos com o Poder Concedente e com o mercado de energia elétrica.

A CESP continua sendo a maior geradora de energia elétrica do Estado de São Paulo e a terceira companhia em capacidade instalada no ranking do Brasil, sendo responsável por mais de 60% da energia gerada no Estado. As usinas da Companhia estão localizadas na região mais desenvolvida do País, no Estado de São Paulo onde concentra-se o maior parque industrial da América Latina, que responde por 36% do produto interno bruto do Brasil.

Para enfrentar com êxito a crescente demanda de energia elétrica no Estado, a CESP concluiu em 2000, a linha de transmissão Porto Primavera - Taquaruçu, de conexão com o Sistema de Transmissão do Estado de São Paulo, esse circuito, em 460 kV e extensão de 116 Km, aumentou a confiabilidade no sistema e minimizou riscos de interrupção para o escoamento da energia produzida na Usina Engenheiro Sérgio Motta.

Durante o ano de 2000 a CESP produziu 32.504 GWh, superando em 6,4% a geração do ano anterior.

Mauro Guilherme Jardim Arce

Presidente do Conselho de Administração

O SETOR ELÉTRICO

O setor elétrico passa pela fase de transição, com a vigência dos Contratos Iniciais implantados pela Resolução ANEEL nº 244/98, que se caracterizam por preços e quantidades regulados que refletem a totalidade da energia assegurada, de modo que a CESP tem toda a sua produção comprometida com os Contratos Iniciais até o final de 2005

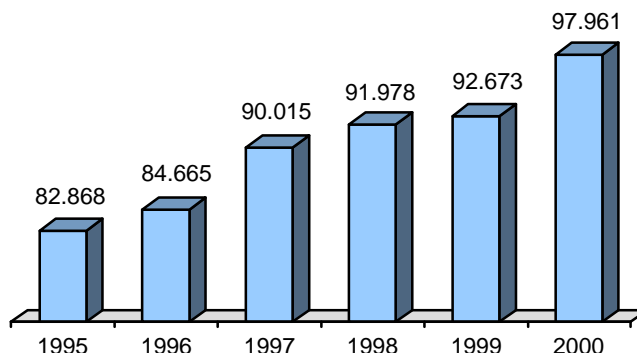
Com a liberação gradual desses Contratos, a partir de 2003, e a cada ano subsequente, 25% da quantidade de energia elétrica poderá ser negociada livremente no mercado até que, em 2006, 100% da energia produzida estará disponível à livre negociação entre produtores, distribuidores, comercializadores e consumidores livres, inclusive residenciais.

A ANEEL, através da Resolução nº 290, de 03 de agosto de 2000, homologou as regras e fixou diretrizes para a implantação gradual do Mercado Atacadista de Energia - MAE, cuja primeira etapa passou a valer a partir de 1º de setembro último.

A CESP E SEU MERCADO EM 2000

O consumo de energia elétrica no Estado de São Paulo durante o ano de 2000 apresentou expansão de 5,7% em relação ao ano anterior, totalizando 97.961 GWh. Dentre os segmentos que apresentaram maior crescimento destacam-se o comercial, 10,8% e o industrial, 7,2%, compensados pelo crescimento menor, de 2,5%, no consumo residencial.

**Consumo de Energia Elétrica no Estado de São Paulo
GWh**



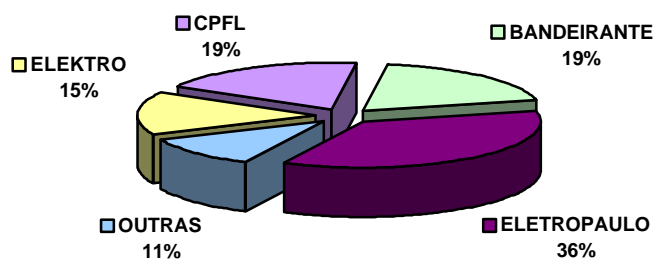
No ano de 2000, a CESP foi responsável por 61,0% da energia gerada no Estado de São Paulo, com um crescimento de 6,4% em relação a 1999.

Produção da CESP por Usina - GWh

Usinas	1998	1999	2000
Ilha Solteira	15.934,6	15.246,3	16.368,9
Três Irmãos	3.165,2	4.220,1	2.606,1
Jupia	9.391,0	9.189,5	10.048,9
Engenheiro Sérgio Motta	-	1.383,3	3.029,1
Paraibuna	464,2	379,0	380,7
Jaguari	108,9	124,8	71,2
Total	29.063,9	30.543,0	32.504,9

Considerando a energia própria gerada, a CESP supriu adequadamente as necessidades das empresas de distribuição do Estado de São Paulo, responsáveis pelo atendimento de 11,8 milhões de consumidores finais. Os principais clientes são a Eletropaulo Metropolitana S.A. - ELETROPAULO, Bandeirante Energia S.A. - BANDEIRANTE e Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S.A, sendo a participação relativa das empresas nas compras de energia, demonstrada abaixo:

Energia Suprida pela CESP



EXPANSÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

Comprometida com o Plano de Expansão do setor para diminuir o risco de oferta no atendimento do mercado, que apresentou crescimento no ano superior a 5%, a CESP aumentou sua capacidade instalada em 504 MW, com a entrada em operação das unidades geradoras 4, 5, 6, 7 e 8 na Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), totalizando 806 MW de potência instalada.

Ressalte-se que a instalação das máquinas 6 a 8 foi antecipada, em média, em 41 dias, esforço esse que permitiu disponibilizar à CESP cerca de 260.000 MWh adicionais de energia.

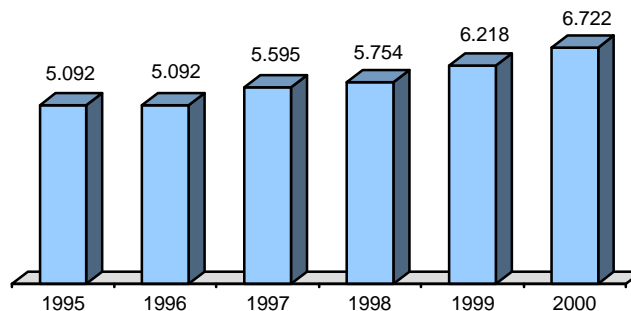
Em 2001, a capacidade instalada da CESP será aumentada em 302 MW, com a entrada em operação das Unidades Geradoras de 9 a 11.

O Circuito II da Linha de Transmissão Porto Primavera - Taquaruçu, de conexão com o Sistema de Transmissão do Estado de São Paulo foi concluído em 2000. Esse circuito, em 460 kV e extensão de 116 km, aumentou a confiabilidade no sistema e minimizou riscos de interrupção para o escoamento da energia produzida em Porto Primavera.

Está previsto para o primeiro semestre de 2001 o enchimento da segunda etapa do reservatório de Porto Primavera, compreendida entre os níveis 253,00 m e 257,00 m, conforme Licença Operacional do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. O enchimento dessa etapa proporcionará acréscimo de produtividade das unidades geradoras possibilitando um ganho de 208 MW, suficientes para suprir uma cidade com, aproximadamente, 700.000 habitantes.

A CESP encerrou o ano de 2000 com 6 usinas hidrelétricas, 51 unidades geradoras em operação, totalizando 6.722 MW de capacidade instalada e 3.505 MW médios de energia assegurada.

Evolução da Potência Instalada - MW *



(*) Considera somente dados da CESP cindida.

MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL

Implantação ISO 9000 e ISO 14000

Em 2000, a CESP iniciou a implantação do “Sistema de Gestão Ambiental SGA” e ISO 14000 na Capital e UHE Ilha Solteira.

Foi dada continuidade ao Programa da Qualidade, tendo-se obtido a Certificação do Laboratório CESP de Engenharia Civil - novembro/2000, no processo “Avaliação e Recuperação de Estruturas Cíveis que abrange Injeções com Concreto”, bem como a Certificação do Centro de Treinamento de Ilha Solteira - março/2000, no processo de “Formação e Desenvolvimento de Profissionais para Operação de Usinas Hidrelétricas da CESP”.

As usinas Jupia, Paraibuna e Jaguari iniciaram o processo de certificação NBR ISO 9000/94 para o processo “Geração de Energia Elétrica”, com previsão de término para o final do ano de 2001.

Em março de 2000, a usina Ilha Solteira teve seu processo de geração de energia elétrica recomendado pelo Bureau Veritas Quality International, para receber a certificação ISO 9002/94.

Programa 5S

Durante o ano de 2000, a CESP deu continuidade ao seu programa dos Cinco Sentos (Utilização, Ordenação, Limpeza, Saúde e Segurança), em combinação com a unificação de todas as suas áreas da Administração Central que ficou instalada num único prédio, tendo melhorado a integração pessoal e funcional da Empresa.

Tecnologia da Informação

A CESP procedeu à centralização física de todos os equipamentos processadores da rede de informática (mainserver, servidores etc.), aumentando a segurança e a confiabilidade operacional pela instalação centralizada, protegida e esquematizada com modernos aparelhos de controle.

Obteve sua independência de serviços para a Internet tornando-se sua própria provedora em conexão direta com a rede mundial WEB, obtendo facilidades, agilidade, flexibilidade e racionalidade para os serviços de comunicação empresarial.

BALANÇO SOCIAL

O quadro e tópicos seguintes apresentam informações relativas ao desempenho sócioeconômico da Companhia na sociedade em que está inserida, visando informar acionistas, empregados, governo e comunidade acerca de suas contribuições quanto a recolhimento de impostos, crescimento econômico e desenvolvimento social.

1. Bases de Cálculo	2000			1999		
	R\$ Mil			R\$ Mil		
Receita Bruta (RB).....	1.435.541			2.334.257		
Resultado do Serviço (RS).....	588.860			468.978		
Folha de Pagamento Bruta (FPB).....	117.359			218.704		
	2000			1999		
	R\$ Mil	% sobre		R\$ Mil	% sobre	
		FPB	RS		FPB	RS
2. Indicadores Laboriais						
Encargos Sociais Compulsórios	26.144	22,3	4,4	44.317	20,3	9,4
Entidade de Previdência dos Empregados	6.109	5,2	1,0	11.689	5,3	2,5
Alimentação.....	3.861	3,3	0,7	10.022	4,6	2,1
Saúde.....	5.025	4,3	0,9	10.564	4,8	2,3
Educação e Treinamento.....	690	0,6	0,1	2.247	1,0	0,5
Outros Benefícios.....	385	0,3	0,1	231	0,1	0,0
Total.....	42.214	36,0	7,3	79.070	36,1	16,8
		% sobre			% sobre	
		RB	RS		RB	RS
3. Indicadores Sociais						
Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania.....	4.305	0,3	0,7	7.494	0,3	1,6
Investimentos em Meio Ambiente.....	14.779	1,0	2,5	9.129	0,4	1,9
Tributos e Contribuições (ICMS/COFINS/PIS).....	82.868	5,8	-	121.510	5,2	-
Total.....	101.952			138.133		
	2000			1999		
4. Indicadores do Corpo Funcional						
Número de Empregados no Final do Exercício		1.522			1.596	

INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ - ICC

Em 2000, o Instituto CESP Criança entidade de utilidade pública federal, denominado a partir junho 2000 **INSTITUTO CRIANÇA CIDADÃ - ICC**, manteve o reconhecimento e a recomendação do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, como modelo de atendimento à criança para a América Latina.

A CESP recebeu o Prêmio Top Social 2000, outorgado pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB, pelo projeto "Preservando o Futuro", que apresenta ações da Companhia para a transformação do Programa CESP Criança em Instituto.

Este programa atendeu ao longo de 13 anos de sua história aproximadamente 600 mil crianças e jovens, na faixa etária de 1 a 17 anos. Pelas suas realizações nesta importante área social, a CESP recebeu em 2000 o Selo ABRINQ de Empresa Amiga da Criança, pelo 6º ano consecutivo.

Objetivando a manutenção deste importante trabalho social, o instituto continua sendo mantido através de contribuições da CESP e das demais empresas resultantes de sua cisão em 1999.

INVESTIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

No ano 2000, a CESP investiu no treinamento do seu pessoal através de programas voltados para capacitação e desenvolvimento profissional para os implantadores dos Sistemas ISO, inovações tecnológicas e legais e mudanças estratégicas com a participação de 2.822 empregados, através de 1.394 ações de treinamento e desenvolvimento, totalizando 37.507 horas.

A CESP manteve, em 2000, o seu programa anual de estágios remunerados com 30 vagas para nível técnico e universitário, possibilitando treinamento em áreas técnicas e administrativas da capital e interior.

MEIO AMBIENTE

Em 2000, as ações visando o licenciamento ambiental da UHE Engenheiro Sérgio Motta atingiram vários objetivos, tendo sido obtidas a Licença de Instalação do reassentamento populacional Porto João André, a Licença de Instalação relativa ao reassentamento rural em Três Lagoas e a renovação da Licença de Instalação do sistema viário da margem direita do reservatório.

Em 1º de dezembro de 2000, o processo de preparação ambiental da usina foi aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autorizou o enchimento do reservatório e emitiu a Licença de Operação do empreendimento.

Foram implementados e desenvolvidos programas sócioambientais em toda a área de influência desse empreendimento, como os programas de manejo de fauna e flora, manejo pesqueiro, reassentamento populacional urbano e rural, continuidade das atividades econômicas, salvamento arqueológico, educação ambiental, estudos e controle de plantas aquáticas. Também foram desenvolvidas atividades de monitoramento ambiental, como as relativas à estabilidade das encostas marginais, lençol freático e qualidade da água subterrânea, clima, sismologia e diagnóstico sanitário, entre outras.

Ainda em 2000, dando continuidade às atividades ambientais da CESP, foram implantados 461 hectares de reflorestamentos com essências nativas e efetivados 32 contratos de Fomento Florestal para área estimada de 145 hectares. Foram produzidas 3.985.816 de mudas de essências florestais nativas e criadas 776 aves silvestres, parte de uma sistemática de ação ambiental integrada de conservação. Foram também produzidos 3.592.000 alevinos, de espécies de peixes que ocorrem nos nossos reservatórios. No mesmo período foram incrementadas, através de programas químicos, físicos e biológicos, diversas ações para o controle de plantas aquáticas dos nossos reservatórios.

ATUAÇÃO SOCIAL

Cidade de Primavera

Parte integrante do empreendimento da Usina Hidrelétrica, a cidade de Primavera abriga uma população de mais de 12.000 habitantes e mantém elevado padrão de qualidade de vida, preservando e melhorando a boa imagem da Empresa, notadamente pelos serviços prestados à população da região no Hospital local, que realizou mais de 5.000 atendimentos durante o ano.

A Campanha Contra Drogas realizada entre setembro e outubro de 2000, na região de Primavera, envolveu toda a comunidade de jovens, pais e educadores, com ações lúdicas e informações sobre tipos de drogas e a importância de evitá-las. Cerca de 85% dos participantes são multiplicadores das mensagens apreendidas.

O Programa de Formação, Recapacitação e Requalificação de Mão-de-Obra, que objetiva amenizar o quadro de falta de empregos e aumentar a renda familiar das famílias impactadas, foi ampliado em 2000, tendo atendido 23 municípios nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, beneficiando 20.340 participantes. Devido à grande demanda verificada e ao sucesso obtido, foi aprovada a formalização de convênio com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho para continuidade do programa por mais três anos.

Programa de Visitas à CESP

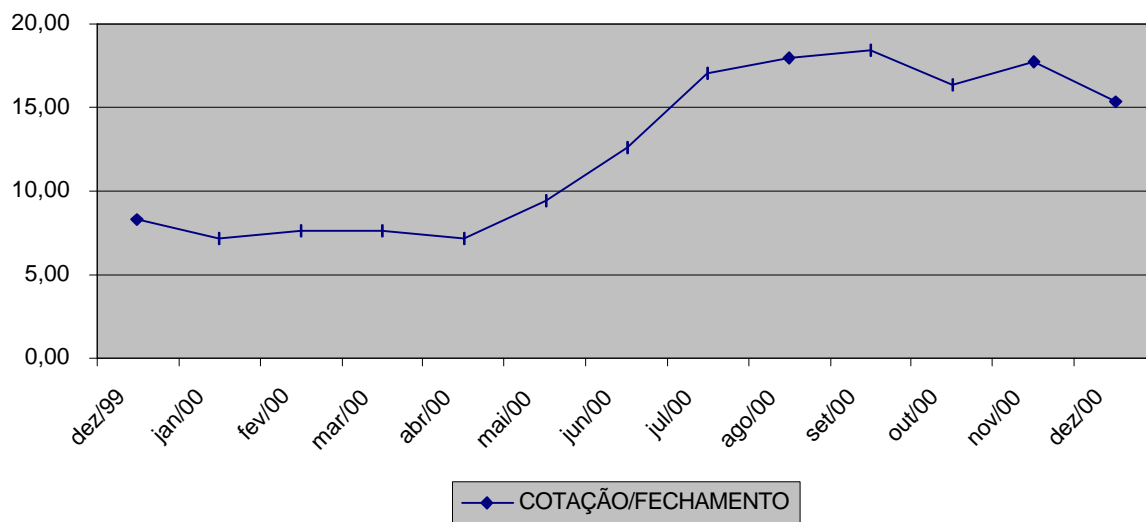
Durante o ano de 2000, a CESP recebeu cerca de 40 mil visitantes às suas instalações, principalmente nas usinas da empresa, dando oportunidade às comunidades, escolas de nível médio, universidades e profissionais, inclusive estrangeiros de acompanharem o processo de produção de energia elétrica de origem hidráulica, os aspectos sobre conservação de energia e atividades relacionadas a impacto ambiental.

MERCADO ACIONÁRIO - AÇÕES CESP

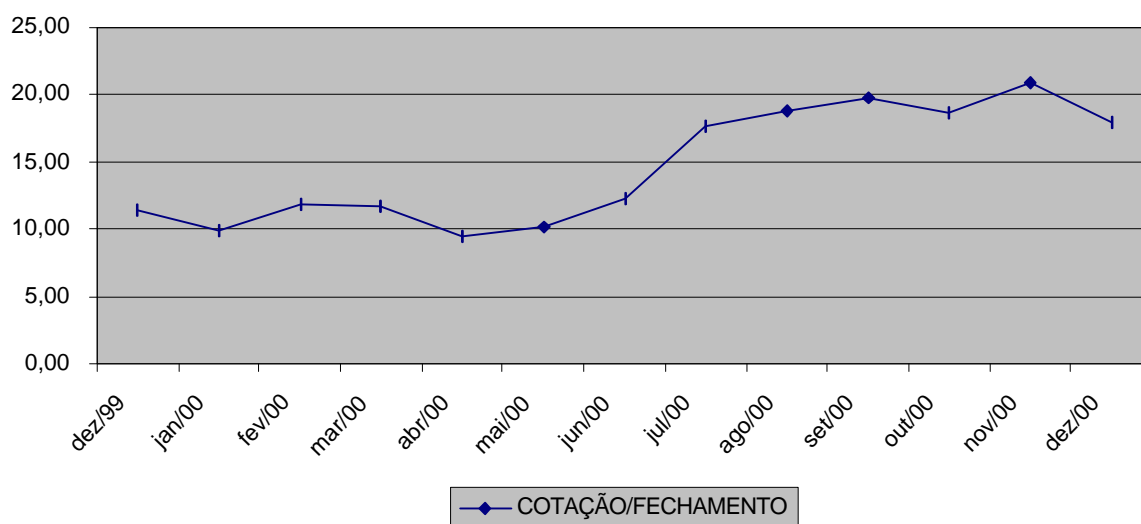
Os gráficos a seguir ilustram o desempenho das ações da CESP na BOVESPA no transcorrer de 2000. As ações ordinárias nominativas iniciaram o ano a R\$ 8,30 o lote de mil ações e fecharam o ano a R\$ 15,34.

As ações preferenciais nominativas evoluíram de R\$ 11,40 a R\$ 17,90 o lote de mil ações.

AÇÕES ORDINÁRIAS (R\$)



AÇÕES PREFERENCIAIS (R\$)



DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro da CESP em 2000, para efeito comparativo, notadamente quanto à demonstração do resultado dos exercícios 2000 e 1999, demanda especial atenção tendo em vista a cisão parcial ocorrida na Companhia em 31 de março de 1999.

Em decorrência do processo de cisão, até o primeiro trimestre de 1999 estão refletidas, como CESP, as Receitas e Despesas das atividades de transmissão e geração das empresas cindidas, que iniciaram operações comerciais em 1º de abril de 1999, além da energia de ITAIPU repassada às distribuidoras, que até 30 de junho de 1999 era de responsabilidade da CESP.

A Demonstração do Resultado do exercício de 2000 é a primeira que reflete somente as operações da CESP (remanescente).

Desta forma a venda de energia às distribuidoras em 2000 atingiu R\$ 1.336 milhões; deste valor, R\$ 1.281 milhões representam receita de venda de energia própria, refletido o aumento da quantidade física bem como os reajustes tarifários homologados pela ANEEL (Nota 23.1).

Em decorrência de suas receitas e despesas operacionais, o resultado do serviço atingiu R\$ 589 milhões, superando em 25,6% o de 1999. Note-se que a CESP pós-cisão, embora com receita operacional bruta menor, apresentou maior geração interna de recursos da ordem de R\$ 960 milhões, comparativamente a R\$ 839 milhões do exercício anterior.

O resultado financeiro negativo de R\$ 896 milhões foi impactado principalmente por encargos de dívidas em moeda estrangeira, de R\$ 495 milhões, e por variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, de R\$ 374 milhões.

Finalmente, o resultado não operacional do exercício de R\$ 335 milhões deve-se principalmente, ao reconhecimento de contingências fiscais e previdenciárias no valor de R\$ 276 milhões, incluídas no REFIS.

Decorrente de suas operações e dos eventos comentados, a Companhia encerrou o exercício com Prejuízo Líquido de R\$ 414 milhões, após a apropriação dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre os prejuízos fiscais e diferenças intertemporais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
 (Valores em milhares de reais)

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
Disponibilidades.....	485.542	557.130
Consumidores.....	26.808	26.020
Revendedores.....	207.269	217.627
Tributos e contribuições compensáveis.....	89.731	77.900
Valores a receber	66.061	8.490
Outros créditos.....	51.812	43.459
Provisão para créditos de liquidação duvidosa....	(24.299)	(18.982)
Crédito de alienação de bens e direitos.....	-	304.744
Cauções e depósitos vinculados.....	17.380	562.845
Almoxarifado.....	8.073	4.380
Despesas pagas antecipadamente.....	116	453
	<u>928.493</u>	<u>1.784.066</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Imposto de renda e contribuição social diferidos..	358.836	-
Valores a receber	491.122	339.169
Cauções e depósitos vinculados.....	32.888	619.617
Outros créditos.....	58.971	61.627
	<u>941.817</u>	<u>1.020.413</u>
PERMANENTE		
Investimentos.....	71.130	74.237
Imobilizado		
Em serviço.....	15.232.833	11.984.599
Em curso.....	2.384.504	4.933.900
	<u>17.617.337</u>	<u>16.918.499</u>
	<u>17.688.467</u>	<u>16.992.736</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u><u>19.558.777</u></u>	<u><u>19.797.215</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Valores em milhares de reais)

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores.....	147.949	144.372
Supridores de energia elétrica.....	45.590	109.570
Folha de pagamento.....	2.153	5.909
Tributos e contribuições sociais.....	19.944	56.411
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	17.866	-
Encargos de dívidas.....	111.983	184.261
Empréstimos e financiamentos.....	1.638.755	723.188
Taxas regulamentares.....	40.262	35.475
Obrigações estimadas - Folha de pagamento.....	10.170	9.409
Provisão para contingências.....	39.457	27.292
Provisão para encargos fiscais e tributários.....	34.420	402.226
Valores a pagar.....	46.776	87.081
Juros sobre o capital próprio e Dividendos.....	1.772	129.643
Outros.....	295.001	245.605
	<u>2.452.098</u>	<u>2.160.442</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos.....	5.565.328	6.234.330
Tributos e contribuições sociais.....	13.957	125.142
Tributos e contribuições sociais - REFIS.....	253.515	-
Taxas regulamentares.....	17.636	32.560
Valores a pagar.....	548.121	441.313
Outros.....	-	2
	<u>6.398.557</u>	<u>6.833.347</u>
Obrigações vinculadas à concessão.....	15.481	15.481
	<u>6.414.038</u>	<u>6.848.828</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	2.655.433	2.655.433
Reservas de capital.....	5.542.119	5.539.288
Reservas de lucros.....	1.599.604	1.662.268
Lucros acumulados.....	895.485	930.956
	<u>10.692.641</u>	<u>10.787.945</u>
TOTAL DO PASSIVO.....	<u>19.558.777</u>	<u>19.797.215</u>

As notas explicativas são parte integrante destes balanços

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Valores em milhares de reais)

	2000	1999
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	97.626	85.995
Suprimento de energia.....	1.336.118	2.245.717
Outras receitas.....	1.797	2.545
	<u>1.435.541</u>	<u>2.334.257</u>
ENERGIA DE ITAIPU COMPRADA PARA REPASSE.....	<u>-</u>	<u>(645.309)</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(37.225)	(44.393)
ICMS s/ fornecimento de energia.....	(17.569)	(15.174)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(43.079)	(66.153)
PIS s/ receitas operacionais.....	(9.315)	(15.179)
	<u>(107.188)</u>	<u>(140.899)</u>
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.....	<u>1.328.353</u>	<u>1.548.049</u>
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal.....	(81.944)	(169.408)
Superávit (déficit) atuarial - Fundação CESP.....	(16.017)	54.413
Material.....	(11.058)	(16.010)
Serviços de terceiros.....	(47.615)	(64.249)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(40.221)	(44.383)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC.....	(11.906)	(7.632)
Energia comprada para revenda.....	(97.446)	(365.548)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(30.077)	(49.844)
Depreciação	(371.097)	(369.807)
Outras despesas.....	(32.112)	(46.603)
	<u>(739.493)</u>	<u>(1.079.071)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO.....	<u>588.860</u>	<u>468.978</u>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	<u>-</u>	<u>(18.153)</u>
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Receita.....	282.571	560.877
Despesa		
Encargos de dívidas.....	(538.706)	(545.986)
Outras.....	(115.916)	(342.337)
Variações monetárias e cambiais líquidas.....	(524.303)	(2.178.678)
	<u>(1.178.925)</u>	<u>(3.067.001)</u>
RESULTADO OPERACIONAL.....	<u>(307.494)</u>	<u>(2.055.299)</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	<u>(335.206)</u>	<u>2.084.498</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA.....	<u>(642.700)</u>	<u>29.199</u>
Contribuição social diferida.....	58.233	-
Imposto de renda diferido.....	170.168	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	<u>(414.299)</u>	<u>29.199</u>
Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações - R\$.....	<u>(4,42)</u>	<u>0,31</u>

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Valores em milhares de reais)**

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
ORIGENS		
Das operações		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	(414.299)	29.199
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação.....	371.097	369.807
Variações monetárias e cambiais de itens de longo prazo	391.310	1.662.242
Resultado de participação societária.....	-	18.153
Baixas de investimentos.....	3.696	954.921
Baixas cisão - Acervo Líquido.....	-	168.902
Baixas do ativo imobilizado.....	14.139	5.763
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(223.222)	-
Outras.....	2.242	3.311
	<u>144.963</u>	<u>3.212.298</u>
De terceiros		
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	547.713	233.489
Transferência do circulante para o exigível a longo prazo.....	339.798	635.008
Transferência do realizável a longo prazo para o circulante.....	72.429	10.807
Parcelamento de tributos e contribuições sociais.....	6.560	24.031
Liberação depósitos judiciais.....	545.836	-
Déficit atuarial - Fundação CESP.....	15.070	-
Outras	-	490
	<u>1.527.406</u>	<u>903.825</u>
Total das origens	<u>1.672.369</u>	<u>4.116.123</u>
APLICAÇÕES		
Dividendos complementares - 1998	-	55.014
Dividendos para as ações preferenciais - aprovado em AGO de 05 de maio de 2000	-	127.975
Aquisição de investimentos.....	-	133.548
Aquisições do imobilizado	1.037.020	521.779
Aumento do realizável a longo prazo.....	57.400	52.318
Encargos financeiros e efeitos inflacionários alocados ao imobilizado.....	18.012	80.722
Transferência de empréstimos a longo prazo para o circulante	1.623.371	1.076.929
Transferência de outros exigíveis a longo prazo para o circulante	83.795	99.736
Superávit atuarial - Fundação CESP	-	66.721
Outras.....	-	3
Total das aplicações	<u>2.819.598</u>	<u>2.214.745</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO.....	<u>(1.147.229)</u>	<u>1.901.378</u>
DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO (AUMENTO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO		
Ativo circulante		
No início do exercício.....	1.784.066	1.774.305
No fim do exercício.....	928.493	1.784.066
Aumento (redução) do ativo circulante	<u>(855.573)</u>	<u>9.761</u>
Passivo circulante		
No início do exercício.....	2.160.442	4.052.059
No fim do exercício.....	2.452.098	2.160.442
Aumento (redução) do passivo circulante	<u>291.656</u>	<u>(1.891.617)</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NEGATIVO.....	<u>(1.147.229)</u>	<u>1.901.378</u>

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999**
(Valores em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE			LUCROS ACUMULADOS	SUBTOTAL	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL	
		CAPITAL	REAVALIAÇÃO EM CONTROLADA	LUCROS					LUCROS CONTA DE CISÃO
Saldos em 31 de dezembro de 1998.....	3.117.433	9.195.896	54.705	2.203.627	-	1.288.996	15.860.657	666	15.861.323
Cisão parcial da CESP - 31 de março de 1999:									
Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.....	(242.000)	(1.188.882)	-	(204.902)	28.821	(60.485)	(1.667.448)	(666)	(1.668.114)
Cia. de Geração de Energia Elétrica Tietê.....	(100.000)	(482.211)	-	(104.350)	115.269	(168.064)	(739.356)	-	(739.356)
Cia. de Geração de Energia Elétrica Paranapanema.....	(120.000)	(2.010.426)	-	(303.185)	98.731	(200.512)	(2.535.392)	-	(2.535.392)
Saldos após cisão	2.655.433	5.514.377	54.705	1.591.190	242.821	859.935	10.918.461	-	10.918.461
Dividendos complementares - 1998									
- deliberado em AGO/E de 27 de abril de 1999.....	-	-	-	-	-	(55.014)	(55.014)	-	(55.014)
Constituição de reservas - Incentivos fiscais.....	-	24.911	-	-	-	-	24.911	-	24.911
Realização da reserva de reavaliação - em controlada.....	-	-	(53.068)	-	-	53.068	-	-	-
Reversão parcial da reserva de reavaliação - em controlada.....	-	-	(1.637)	-	-	-	(1.637)	-	(1.637)
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	(73.498)	-	73.498	-	-	-
Realização de reserva de lucros - Conta de Cisão.....	-	-	-	-	(242.821)	242.821	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	29.199	29.199	-	29.199
Destinação do lucro proposta à AGO:									
Reserva legal.....	-	-	-	1.460	-	(1.460)	-	-	-
Reserva estatutária.....	-	-	-	5.548	-	(5.548)	-	-	-
Em AGO de 05 de maio de 2000, foi aprovado além da.....									
constituição de reservas o seguinte:									
- Reserva especial de dividendos - ações ordinárias.....	-	-	-	137.568	-	(137.568)	-	-	-
- Pagamento de dividendos - ações preferenciais.....	-	-	-	-	-	(127.975)	(127.975)	-	(127.975)
Saldos em 31 de dezembro de 1999	2.655.433	5.539.288	-	1.662.268	-	930.956	10.787.945	-	10.787.945
Constituição de reservas - Incentivos fiscais.....	-	2.831	-	-	-	-	2.831	-	2.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	-	-	-	-	316.164	316.164	-	316.164
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(62.664)	-	62.664	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	(414.299)	(414.299)	-	(414.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2000.....	2.655.433	5.542.119	-	1.599.604	-	895.485	10.692.641	-	10.692.641

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração

ANEXO I
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(Valores em milhares de reais)

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas Operacionais.....	1.435.541	2.334.257
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(5.317)	(18.982)
Resultado não Operacional (exceto COFINS e PIS).....	(333.165)	2.087.613
	<u>1.097.059</u>	<u>4.402.888</u>
Menos:		
Insumos		
Energia de Itaipu Comprada p/ Repasse.....	-	645.309
Energia Comprada para Revenda.....	97.446	365.548
Encargos de Uso da Rede Elétrica.....	30.077	49.844
Serviços de Terceiros.....	47.615	64.249
Materiais.....	11.058	16.010
Outros Custos Operacionais.....	58.563	61.626
	<u>244.759</u>	<u>1.202.586</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	<u>852.300</u>	<u>3.200.302</u>
Depreciação	371.097	369.807
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....	<u>481.203</u>	<u>2.830.495</u>
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas Financeiras	282.571	560.877
Resultado de Participações Societárias.....	-	(18.153)
Superávit (déficit) Atuarial - Fundação CESP.....	(16.017)	54.413
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos.....	223.222	-
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social (terceiros).....	5.179	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	<u>976.158</u>	<u>3.427.632</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho.....	81.944	169.408
Impostos, Taxas e Contribuições (COFINS/PIS/ICMS).....	82.868	121.510
Juros e encargos de dívidas.....	643.758	866.434
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.....	524.303	2.178.678
Arrendamentos e Aluguéis.....	8.453	10.378
Intrasetoriais - RGR/CCC.....	49.131	52.025
	<u>1.390.457</u>	<u>3.398.433</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....	<u>(414.299)</u>	<u>29.199</u>
TOTAL.....	<u>976.158</u>	<u>3.427.632</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

(Valores expressos em milhares de reais)

1. REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CISÃO DA CESP

A CESP - Companhia Energética de São Paulo é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e suas ações são negociadas principalmente na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia está incluída no Programa Estadual de Desestatização - PED, criado através da Lei 9.361, de 05 de julho de 1996, que dispõe sobre a reestruturação patrimonial e societária do setor energético do Estado de São Paulo. Na estrita observância dessa Lei e no cumprimento das diretrizes emanadas do Conselho Diretor do PED, a CESP iniciou o processo de desestatização em 1997, com a alienação do controle acionário da CPFL no mesmo ano, dando seqüência ao processo, foi criada em 1998 a subsidiária integral ELEKTRO, para realizar as atividades de distribuição de energia elétrica, também vendida com sucesso naquele ano. No ano de 1999, foi alienado o controle acionário da COMGÁS (Nota 25b). Por último, em 1999 foi concretizada a cisão parcial da CESP, com a criação de três novas empresas, sendo uma de transmissão e duas geradoras de energia elétrica.

A cisão parcial da CESP e a conseqüente incorporação, pelas empresas, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial, foram eficazes a partir de 31 de março de 1999, após a sua aprovação em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 1999, quando parcelas do seu patrimônio foram incorporadas pelas empresas Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista-CTEEP, que permanece sob o controle do Governo do Estado de São Paulo, Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê-CGEET (2,6 mil MW de potência instalada) e Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema-CGEEP (2,3 mil MW de potência instalada), que iniciaram operações comerciais em 1º de abril de 1999. As duas geradoras tiveram o controle acionário, alienado pelo Governo do Estado, no segundo semestre de 2000.

O balanço patrimonial, base para cisão, foi o levantado pela Companhia em 31 de dezembro de 1998. A incorporação das parcelas do patrimônio da CESP, pelas empresas, teve sua aprovação em Assembléias Gerais Extraordinárias de cada incorporadora, realizadas em 30 de março de 1999.

O resultado do período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de março de 1999 pertenceu exclusivamente à CESP. As variações patrimoniais ocorridas entre a data do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 1998, base para a cisão, e 31 de março de 1999, referentes aos elementos ativos e passivos que integraram o patrimônio líquido das empresas incorporadoras, foram registradas na CESP, a crédito (se positivas) ou a débito (se negativas), em conta de cisão, lançada, respectivamente, às reservas de capital e de lucros da Companhia.

Desta forma, as demonstrações contábeis de 2000, quando utilizadas de forma comparativa com o ano de 1999, podem levar a dificuldades de interpretação por força da cisão parcial ocorrida em 31 de março de 1999. Em especial a Demonstração do Resultado está influenciada em 1999 pelos três primeiros meses do ano, que contemplam o resultado da CESP (remanescente) e das empresas cindidas, bem como pelo fato de, até junho de 1999, estar incluída a energia de repasse de Itaipu, que deixou de ser obrigação da CESP após aquela data.

As demonstrações contábeis de 2000 referem-se ao primeiro exercício social em que a CESP se apresenta ao mercado após a reestruturação societária e patrimonial a que foi submetida.

A desestatização da CESP, originalmente prevista para dezembro de 2000, deverá ocorrer ao longo de 2001.

2. CONTEXTO OPERACIONAL - APÓS REESTRUTURAÇÃO

A CESP possui um expressivo parque gerador instalado de **6.722 MW** composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupiá, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna, que representam 61% da energia gerada no Estado de São Paulo em 2000.

A Companhia continua mantendo investimentos na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), atualmente em construção, com potência total prevista de 1.814 MW, dos quais já foram instalados 302 MW em 1999 e 504 MW em 2000.

A CESP também mantém outras atividades operacionais, tais como eclusagem no âmbito da Hidrovia Tietê-Paraná, florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações. Como concessionária de serviço público de energia elétrica, a CESP tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Da receita operacional da Companhia, 93,07% (96,21% em 1999) são provenientes de suprimento de energia elétrica a concessionárias. Os principais clientes são: Eletropaulo - Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (ELETROPAULO); Bandeirante Energia S.A. (BANDEIRANTE); Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL); e ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S.A. (ELEKTRO).

A Companhia vem realizando captações de recursos de longo prazo, cujos detalhes estão descritos na Nota 28.2, principalmente para quitação do bônus emitidos no mercado alemão (Nota 16.1), os quais serão resgatados em 10 de maio de 2001, com conseqüente alongamento do perfil da dívida no período subseqüente.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e de acordo com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, na forma da Legislação Societária Brasileira, conjugada com a legislação específica aplicável às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com as instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em conformidade com as instruções contidas no Ofício/Circular/ANEEL nº 838/2000-DR, de 29 de dezembro de 2000 e Ofício Circular CVM/SNC/SNP nº 02/2000 de 29 de dezembro de 2000, estão sendo apresentadas algumas informações adicionais em notas explicativas e quadros suplementares.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Disponibilidades

Incluem aplicações financeiras, que estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Consumidores e Revendedores

As contas a receber incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica faturados e não faturados, contabilizados de acordo com o regime de competência, além dos acréscimos moratórios, quando aplicáveis.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

d. Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio de aquisição e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras), ao custo de aquisição.

e. Investimentos

As participações societárias minoritárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzida de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, incluindo a Correção Monetária Complementar - CMC, Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991. A depreciação foi calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Gerais nº 35 e 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Custos Indiretos de Obras em Andamento são apropriados mensalmente às imobilizações em curso, mediante rateio, limitados a 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, atribuíveis às obras em curso.

g. Empréstimos, financiamentos e outras obrigações

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais, incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores aplicáveis, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

h. Outros direitos e obrigações

Os demais Ativos e Passivos Circulantes e de Longo Prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente assim exigido.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na legislação vigente, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais acumulados. A Companhia registrou em 2000 os créditos tributários, relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças intertemporais, do exercício e de anos anteriores (Nota 8).

j. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

k. Lucro (Prejuízo) por Ação

Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

5. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Imposto de Renda (a).....	77.313	66.910
Contribuição Social (b).....	12.418	10.990
	<u>89.731</u>	<u>77.900</u>

(a) Refere-se a crédito de Imposto de Renda originário de recolhimento por estimativa em 1998 e de retenções sobre rendimentos de aplicações financeiras dos exercícios de 1998, 1999 e 2000.

(b) Refere-se a crédito de Contribuição Social sobre o Lucro originário de recolhimento por estimativa em 1998.

6. OUTROS CRÉDITOS - CIRCULANTE

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Serviços Prestados.....	21.061	8.785
Devedores Diversos.....	4.758	12.981
Concessionárias de Energia.....	10.158	5.857
Programa Estadual de Desestatização - PED.....	-	5.043
Fundação CESP.....	4.264	4.698
Outros.....	11.571	6.095
	<u>51.812</u>	<u>43.459</u>

7. CRÉDITO DE ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

A composição da conta em 31 de dezembro de 1999, era a seguinte:

	<u>1999</u>
- Alienação de Ações da CPFL.....	236.243
- Leilão de Debêntures da 7ª emissão (Nota 25c).....	68.501
	<u>304.744</u>

Os valores acima foram recebidos durante o ano de 2000.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Durante o exercício, a Companhia concluiu as análises relativas às projeções operacionais plurianuais considerando os cenários de mercado atacadista de energia, a entrada em operação das novas unidades geradoras e a recuperação do custo de construção incorrido e a incorrer da Usina Engenheiro Sérgio Motta. A Companhia decidiu pelo reconhecimento dos créditos tributários relativos ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro, bem como sobre as diferenças intertemporais, com base na Deliberação CVM nº 273/98.

A composição dos valores reconhecidos é como segue:

	Crédito a		Saldo em 31.12.2000
	Resultado do Exercício	Lucros Acumulados	
Imposto de Renda			
Prejuízos Fiscais.....	156.985	139.782	296.767
Diferenças Intertemporais.....	13.183	126.955	140.138
	<u>170.168</u>	<u>266.737</u>	<u>436.905</u>
Contribuição Social sobre o Lucro			
Base Negativa	22.286	40.768	63.054
Diferenças Intertemporais.....	30.768	8.659	39.427
	<u>53.054</u>	<u>49.427</u>	<u>102.481</u>
Utilização no REFIS			
Prejuízos Fiscais.....	-	(139.782)	(139.782)
Base Negativa de Contribuição Social.....	-	(40.768)	(40.768)
	<u>-</u>	<u>(180.550)</u>	<u>(180.550)</u>
	<u>223.222</u>	<u>135.614</u>	<u>358.836</u>

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributários futuros, até o limite de 30%. Com base em projeções elaboradas pela Companhia, estima-se que a realização destes créditos fiscais ocorrerá em 10 anos.

Os créditos próprios utilizados no REFIS, para amortização de juros e multas dos débitos consolidados, foram baixados em contraposição ao Exigível a Longo Prazo. Também foi utilizado Crédito de Base Negativa de Contribuição Social de terceiros no valor de R\$ 5.179, lançado a resultado na rubrica "contribuição social", e posteriormente baixado contra Exigível a Longo Prazo (Nota 14).

9. VALORES A RECEBER

Devedor	Objeto	2000			1999
		Circulante	Longo Prazo	Total	Total
SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA	- Créditos Consolidados.....	56.166	474.631	530.797	316.530
	- Contrato Financeiro	9.895	16.491	26.386	31.129
		<u>66.061</u>	<u>491.122</u>	<u>557.183</u>	<u>347.659</u>

9.1. Créditos Consolidados

Inclui saldo de R\$ 513.097 de contrato firmado em 17 de novembro de 2000, para recebimento em 120 parcelas mensais, e saldo R\$ 17.700 de contrato firmado em 1º de dezembro de 2000, com amortização em 48 parcelas mensais. Ambos os contratos são corrigidos pelo IGP-M e juros de 6% a.a..

9.2. Contrato Financeiro

Contrato celebrado em 06 de agosto de 1999, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, repassado mensalmente para a Fundação CESP. O contrato vem sendo amortizado em 48 parcelas mensais, corrigidas pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 6% a.a. (Nota 19.2).

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

10.1. Circulante

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
COFINS (1).....	-	174.656
PIS / PASEP (2).....	-	374.327
Ações cíveis e trabalhistas.....	17.380	13.862
	<u>17.380</u>	<u>562.845</u>

(1) Incluía saldo remanescente de bloqueio em dinheiro, levantado pela Companhia em maio de 2000, face ao acordo com a Procuradoria da Fazenda Nacional em setembro de 1999, com base na Medida Provisória nº 1.858-8/99 (Nota 18).

(2) Incluía saldo atualizado de recursos bloqueados, em função de ação de execução fiscal decorrente de auto de infração pelo não recolhimento de contribuições ao PASEP, no período compreendido entre janeiro de 1989 e agosto de 1994. A CESP questionava o seu enquadramento como contribuinte do PASEP até setembro de 1988 e a constitucionalidade das contribuições ao PIS/PASEP a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Em setembro de 1999, com base na Medida Provisória nº 1.858-8/99, foram apresentados cálculos com o objetivo de converter em renda para União, os recursos bloqueados para quitação final das contribuições não recolhidas, acrescidas dos encargos moratórios aplicáveis. Face a decisão favorável à proposta da CESP no julgamento realizado em 29 de novembro de 2000, pelo Tribunal Regional Federal de São Paulo, a Companhia procedeu a baixa em contraposição ao Passivo Circulante - Provisão para Encargos Fiscais e Tributários (Nota 18).

10.2. Realizável a Longo Prazo

Saldo atualizado de cauções e depósitos vinculados (remanescente), a ser liberado para a Companhia, no valor de R\$ 32.888, referente a depósito inicial para garantia de ação de execução de valores a pagar a título de indenizações pela dissolução do Consórcio Paulipetro.

11. INVESTIMENTOS

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Participações minoritárias em Empresas		
CPFL	15.066	15.066
FINAM.....	39.815	37.833
Outras.....	7.926	8.304
	<u>62.807</u>	<u>61.203</u>
Outros Investimentos.....	8.323	13.034
	<u>71.130</u>	<u>74.237</u>

12.ATIVO IMOBILIZADO

	2000		1999	2000
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	Taxas Anuais Médias de Depreciação (%)
Em Serviço				
Geração.....	17.756.792	(2.641.373)	15.115.419	2,06
Administração.....	189.064	(71.650)	117.414	4,48
	<u>17.945.856</u>	<u>(2.713.023)</u>	<u>15.232.833</u>	
Em Curso				
Geração.....	2.379.320	-	2.379.320	
Administração.....	5.184	-	5.184	
	<u>2.384.504</u>	<u>-</u>	<u>2.384.504</u>	
	<u>20.330.360</u>	<u>(2.713.023)</u>	<u>17.617.337</u>	

Conforme Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 1999. As novas taxas de depreciação passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 8,3% para os bens vinculados à geração, transmissão e distribuição; 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

Adicionalmente apresenta-se o imobilizado segregado por tipo de bens, com os comentários contidos nas Notas 12.1 e 12.2:

	2000			1999
	Custo Corrigido	Remuneração e Encargos Financeiros Durante a Construção	Depreciação Acumulada	Líquido
Em Serviço				
Intangíveis	126	7	(67)	66
Terrenos.....	563.599	81.553	-	645.152
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	6.796.619	5.270.689	(1.509.525)	10.557.783
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias...	1.484.353	579.752	(656.834)	1.407.271
Máquinas e Equipamentos.....	2.090.118	1.057.690	(534.640)	2.613.168
Veículos.....	11.503	-	(8.420)	3.083
Móveis e Utensílios.....	9.847	-	(3.537)	6.310
	<u>10.956.165</u>	<u>6.989.691</u>	<u>(2.713.023)</u>	<u>15.232.833</u>
Em Curso.....	<u>1.740.970</u>	<u>643.534</u>	<u>-</u>	<u>2.384.504</u>
	<u>12.697.135</u>	<u>7.633.225</u>	<u>(2.713.023)</u>	<u>16.918.499</u>

12.1. Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

De acordo com a Instrução Geral nº 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram capitalizados para o Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

	GERAÇÃO	
	2000	1999
Encargos financeiros contabilizados no resultado.....	543.012	587.644
(-) Transferência para o Imobilizado em curso.....	(21.777)	(59.523)
	<u>521.235</u>	<u>528.121</u>
Efeitos inflacionários contabilizados no resultado.....	493.834	2.132.760
(-) Transferência para o Imobilizado em curso.....	(21.693)	(152.293)
	<u>472.141</u>	<u>1.980.467</u>

12.2. Obras em Andamento

A CESP mantém em construção, na bacia do rio Paraná, a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) com as seguintes características:

Potência Total Prevista - MW.....	1.814
Número de Unidades Geradoras.....	18
Início das Obras.....	1980
Primeira Unidade em Operação.....	1999
Unidades em Operação - até 31 de dezembro de 2000.....	8
Saldo Transferido para "Imobilizado em Serviço" até 31 de dezembro de 2000 - R\$ mil.....	10.949.000

12.3. Desapropriações

Determinadas propriedades necessárias à implementação dos projetos da Companhia, especificamente aquelas destinadas à construção de reservatórios ou outros empreendimentos ligados às suas atividades, foram desapropriadas de acordo com legislação específica e estão sujeitas a negociações com seus proprietários. Nos casos em que há dificuldade de se chegar a estimativas precisas de valor, seja pelo tempo necessário à obtenção das sentenças judiciais ou pela imprevisibilidade dos resultados das negociações, a Companhia registra o custo das desapropriações como parte do ativo imobilizado somente ao final do seu processo. Nos casos onde tal previsão é possível, a Companhia provisiona o custo das desapropriações em contrapartida ao ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2000, a Companhia mantém registrada obrigações estimadas no valor de R\$ 189.155 para fazer face aos custos relacionados às referidas desapropriações (Nota 20).

12.4. Lei das Concessões

Nos termos da legislação de concessões, regulamentadas pelas Leis 8.987/95 e 9.074/95, a CESP solicitou à ANEEL a prorrogação dos prazos para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. As prorrogações requeridas deverão ainda ser formalizadas por ato do Ministério de Minas e Energia, que permitirá a assinatura dos respectivos contratos de concessões, por mais trinta anos, nos termos do Decreto 1.717/95, por ocasião da passagem do controle acionário para a iniciativa privada, conforme previsto no Programa Estadual de Desestatização.

A situação do parque gerador da CESP é a seguinte:

Parque Gerador				
Bacia	Usina Hidrelétrica	Potência Instalada MW	Energia Assegurada (1) MW Médio	Entrada em Operação (2)
Paraná	Ilha Solteira (3)	3.444	1.962	18.07.73
	Jupia	1.551	1.007	14.04.69
	Três Irmãos (4)	808	-	28.11.93
	Engenheiro Sérgio Motta (5)	806	484	23.01.99
Paraíba	Jaguari	28	9	05.05.72
	Paraibuna	85	43	20.04.78
		<u>6.722</u>	<u>3.505</u>	

- (1) É a energia disponível nas usinas de um sistema interligado, considerando-se o risco pré-fixado de 5% para seu atendimento.
- (2) Primeiro Grupo Gerador.
- (3) A energia assegurada de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.
- (4) Localiza-se no rio Tietê, mas em termos operativos integra o complexo de Urubupungá, na bacia do rio Paraná.
- (5) A Usina Engenheiro Sérgio Motta tem potência final prevista de 1.814 MW, ficando a CESP com um parque gerador com capacidade total de 7.730 MW, quando a mesma estiver concluída.

12.5. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

13.1. Composição

	2000	1999
CIRCULANTE		
Corrente		
COFINS s/ Receitas Operacionais (Nota 18).....	4.097	2.954
PIS.....	1.155	2.588
ICMS.....	1.446	1.227
Imposto de Renda sobre Remessa ao Exterior.....	10.878	10.717
Encargos Sociais s/ Folha de Pagamento - Empresa.....	2.191	2.766
Impostos e Contribuições Sociais - Prestadores de Serviços.....	177	1.504
	<u>19.944</u>	<u>21.756</u>
Parcelamentos		
Contribuição Social (1).....	-	19.153
FINSOCIAL (1).....	-	15.502
	<u>-</u>	<u>34.655</u>
	<u>19.944</u>	<u>56.411</u>
LONGO PRAZO		
Parcelamentos		
Contribuição Social (1).....	-	108.547
	<u>-</u>	<u>108.547</u>
Imposto de Renda - Diferido (à alíquota de 6% - compensável).....	13.957	16.595
	<u>13.957</u>	<u>125.142</u>
(1) Valores incluídos no REFIS.	<u>33.901</u>	<u>181.553</u>

14. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A Companhia aderiu ao programa em 28 de abril de 2000, tendo declarado todos seus débitos de tributos e contribuições sociais à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em 30 de junho deste ano. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Composição dos débitos de tributos e contribuições sociais incluídos no programa:

	Principal	Juros e Multas	Créditos Fiscais	Total	Atualização TJLP	Amortização	Saldo em 31.12.2000
Contribuição Social (a).....	32.811	95.979	(65.639)	63.151	4.217	(3.117)	64.251
Finsocial (a).....	1.629	6.440	(4.404)	3.665	245	(181)	3.729
IRPJ Contingência 1998 (b).....	5.389	4.099	(2.803)	6.685	446	(330)	6.801
Contribuição Social Contingência 1998 (b).....	2.464	1.874	(1.281)	3.057	204	(151)	3.110
PIS Contingência (b).....	17.858	7.417	(5.072)	20.203	1.349	(997)	20.555
Notificação do INSS (c).....	93.528	124.597	(85.210)	132.915	8.876	(6.560)	135.231
Imposto de Renda s/ Indenizações (c).....	27.203	31.179	(21.320)	37.062	2.471	(1.829)	37.704
	<u>180.882</u>	<u>271.585</u>	<u>(185.729)</u>	<u>266.738</u>	<u>17.808</u>	<u>(13.165)</u>	<u>271.381</u>

(a) Débitos tributários já parcelados, antes da adesão ao programa (Nota 13.1).

(b) Contingências em discussão, que já estavam registradas no passivo da empresa (Nota 18).

(c) Contingências registradas pela empresa em 31 de março de 2000, face à adesão ao programa.

Do saldo em 31 de dezembro de 2000, R\$ 17.866 refere-se a curto prazo e R\$ 253.515 a longo prazo.

A Companhia utilizou créditos próprios de Base Negativa de Contribuição Social e Prejuízos Fiscais no montante de R\$ 180.550, e crédito de Base Negativa de Contribuição Social de terceiros no valor de R\$ 5.179, para amortização de juros e multas (Nota 8).

Para garantia dos débitos acima incluídos no programa, a Companhia arrolou bens imóveis de sua propriedade (não vinculados à geração).

Tendo em vista a linearidade dos encargos financeiros incidentes sobre as parcelas mensais devidas, o valor presente dos débitos em 31 de dezembro de 2000 é de R\$ 215.583. Este cálculo foi efetuado com base nas projeções de receita, que consideram, entre outros fatores, a entrada em operação de novas unidades geradoras da Usina Engenheiro Sérgio Motta, reajustes tarifários e mercado atacadista de energia. Considera também uma atualização da dívida pela TJLP (estimada em 11% a.a.). Como resultado, estima-se o pagamento do montante total da dívida em aproximadamente 14 anos, sendo que atualmente o recolhimento mensal é de aproximadamente R\$ 1,5 milhões. Em atendimento à Instrução CVM nº 346, de 29 de setembro de 2000, a Companhia optou por não registrar o ajuste ao valor presente apurado.

No período de abril a dezembro de 2000, a Companhia recolheu R\$ 13.165 a título de REFIS, a razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

O programa estabelece ainda, como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos sejam efetuados em dia.

15. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
CIRCULANTE		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Parcelamento - 1998 e 1997 (1).....	16.279	16.279
- Parcelamento - 1999 (2).....	11.594	10.166
- Quota Mensal.....	2.908	2.142
- Diferença de Quotas - 2000 (3).....	907	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	6.723	5.501
Quota de Consumo de Combustível - CCC.....	1.295	959
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	556	428
	<u>40.262</u>	<u>35.475</u>
LONGO PRAZO		
Reserva Global de Reversão - RGR - 1998 e 1997 (1).....	17.636	32.560
	<u>57.898</u>	<u>68.035</u>

(1) Através do Despacho da ANEEL nº 43, de 1º de fevereiro de 2000, foi fixado o parcelamento em 36 meses.

(2) As diferenças de recolhimentos de 1999, deverão ser pagas em 12 parcelas mensais fixas, conforme Despacho da ANEEL nº 572, de 28 de dezembro de 2000.

(3) Diferenças de recolhimentos de 2000, a ser definido pela ANEEL a forma de pagamento.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

16.1. Composição

	2000			1999		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Longo Prazo		Circulante	Longo Prazo
Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras (1).....	46.556	181.295	2.585.205	119.342	297.080	2.541.349
Medium Term Notes (2).....	-	-	586.620	817	-	536.700
Banco do Brasil S.A. (3).....	779	139.091	1.112.728	242	127.254	1.145.293
ELETROBRÁS.....	157	3.524	20.105	258	3.573	20.193
CPFL (4).....	519	20.021	170.181	34	9.159	174.016
Bônus Emitidos no Mercado Alemão (5).....	61.648	1.012.292	-	60.736	-	993.140
Outras Instituições	296	730	27.535	832	4.488	30.265
	<u>109.955</u>	<u>1.356.953</u>	<u>4.502.374</u>	<u>182.261</u>	<u>441.554</u>	<u>5.440.956</u>
Moeda Nacional						
Instituições Financeiras (6).....	2.028	22.743	278.599	2.000	20.929	277.312
ELETROBRÁS.....	-	205	3.571	-	182	3.496
Fundação CESP (7).....	-	34.241	135.056	-	32.452	143.972
Debêntures	-	-	-	-	86.909	-
Certificados a Termo de Energia Elétrica (8).....	-	224.613	645.728	-	105.313	368.594
Confissão de Dívidas com Fornecedores	-	-	-	-	35.849	-
	<u>2.028</u>	<u>281.802</u>	<u>1.062.954</u>	<u>2.000</u>	<u>281.634</u>	<u>793.374</u>
	<u>111.983</u>	<u>1.638.755</u>	<u>5.565.328</u>	<u>184.261</u>	<u>723.188</u>	<u>6.234.330</u>

(1) Do montante de principal R\$ 383.491 referem-se a empréstimos indexados a outras moedas (FF, Sw Fr e DM) com taxas de juros que variam de 2,875% a 8,49% a.a., resultando em aproximadamente 5,92% médios.

O restante, no valor de R\$ 2.383.009, integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros	Saldo em
	Vencido.	Carência		% a.a.	31.12.2000
Bônus de Conversão da Dívida.....	18	10	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	515.099
Bônus de Dinheiro Novo.....	15	7	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	135.847
Bônus de Redução Temporária de Juros - FLIRB.....	15	9	13 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - LIBOR semestral + 13/16	104.942
Bônus de Capitalização.....	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00	568.092
Bônus de Desconto (a).....	30	-	Única ao final de 30 anos	LIBOR semestral + 13/16	323.208
Bônus ao Par (a).....	30	-	Única ao final de 30 anos	5º ano - 5,50 6º ano - 5,75 do 7º ano ao 30º ano - 6,00	464.338
Bônus de Juros - El.....	12	3	19 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 13/16	271.483
					<u>2.383.009</u>

(a) Demonstrada pelo líquido, deduzida a garantia exigida no montante de US\$ 149,896 mil.

- (2) Em junho de 1997 a CESP emitiu, no mercado internacional, notas de médio prazo, no valor equivalente a US\$ 300 milhões, com juros fixos de 9,125% a.a. nos 5 primeiros anos e 9,625% a.a. nos 5 anos seguintes.

Essas notas possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de dar em garantia seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando o cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas, em um prazo de 30 dias. O vencimento final desses títulos se dará em julho de 2007. Ressalte-se que, mesmo após a cisão, os índices vêm sendo cumpridos.

- (3) Refere-se a "Contrato de Refinanciamento de Dívida", assinado pela Companhia em 25 de março de 1994, junto ao Banco do Brasil S.A., no qual US\$ 1,067 milhões foram refinanciados por um período de 16 anos, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 30 de junho de 1995, com juros baseados na LIBOR + 0,8125% a.a..
- (4) Refere-se a transferência de saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC da CPFL à CESP, atualizado de acordo com a variação do dólar norte-americano, sendo pago em parcelas semestrais até 2010 e juros calculados com base em 50% da taxa LIBOR + 0,40625% a.a..
- (5) Refere-se a bônus emitidos no mercado alemão, no valor nominal de DM 1.075.000.000. Sobre esses títulos incidem juros de 9,25% a.a., devidos anualmente, sendo resgatáveis em maio de 2001 e garantidos pela União.
- (6) Referem-se, principalmente, a empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que serão amortizados até março de 2014, indexados pela TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e pelo IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, acrescidos de juros calculados à taxa de 8,40% a.a..
- (7) Refere-se a contrato com início em 30 de dezembro de 1997, para amortização em 96 parcelas mensais corrigidas pelo custo atuarial ou TR e juros de 8% a.a., prevalecendo o maior dos índices.

Parte deste contrato foi transferido durante o processo de cisão parcial do patrimônio líquido da CESP, às empresas incorporadoras em 31 de março de 1999.

- (8) Os Certificados a Termo de Energia Elétrica CTEE's da 5ª e 6ª emissões, são títulos que têm por objetivo único e exclusivo a obtenção de recursos com vistas ao custeio de obras civis e fornecimento de equipamentos para a usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

Da 5ª emissão foram emitidos 2.415.312 CTEE's, sendo que 1.878.576 estão em circulação, pelo valor unitário de R\$ 234,37 em 36 séries, sendo o prazo de carência de 24 meses. Para atualização será considerado o maior índice entre a variação da tarifa B3 de energia elétrica da ELEKTRO ou a taxa ANBID mais 2% a.a.. O registro dos CTEE's na CVM ocorreu em 17 de dezembro de 1998. Estes CTEE's oferecem aos seus portadores a opção de resgate (início 1º de junho de 2000 e término 1º de maio de 2003) através de dação desses títulos, em pagamento da parcela de consumo expressa nas contas de energia elétrica emitidas pela ELEKTRO, no montante de um megawatt-hora por certificado.

Da 6ª emissão foram emitidos 2.417.160 CTEE's, sendo que 2.411.592 estão em circulação, pelo valor unitário de R\$ 178,33 em 24 séries, sendo o prazo de carência de 24 meses. Para atualização será considerado o maior índice entre a variação da tarifa B3 de energia elétrica da CPFL ou o CDI mais 2% a.a.. O registro dos CTEE's na CVM ocorreu em 29 de agosto de 2000. Estes CTEE's oferecem aos seus portadores a opção de resgate (início 1º de outubro de 2001 e término 1º de setembro de 2003) através de dação desses títulos, em pagamento da parcela de consumo expressa nas contas de energia elétrica emitidas pela CPFL, no montante de um megawatt-hora por certificado.

16.2. O principal, devido em moeda estrangeira, apresenta a seguinte composição:

Moeda	2000			1999		
	R\$ mil	US\$ mil		R\$ mil	US\$ mil	
		(Equivalente)	%		(Equivalente)	%
US\$.....	4.446.609	2.274.015	75,89	4.374.846	2.445.414	74,37
DM.....	1.074.832	549.674	18,34	1.075.118	600.960	18,28
FF.....	298.373	152.589	5,09	378.138	211.368	6,43
Sw Fr.....	39.513	20.207	0,68	54.408	30.413	0,92
	<u>5.859.327</u>	<u>2.996.485</u>	<u>100,00</u>	<u>5.882.510</u>	<u>3.288.155</u>	<u>100,00</u>

16.3. O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 2000, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil		R\$ mil	R\$ mil
	(Equivalente)	R\$ mil		
2002.....	179.872	351.723	453.230	804.953
2003.....	154.757	302.613	293.328	595.941
2004.....	206.760	404.299	50.415	454.714
2005.....	198.822	388.777	50.415	439.192
2006.....	186.990	365.640	48.126	413.766
Após 2006.....	1.375.332	2.689.322	167.440	2.856.762
	<u>2.302.533</u>	<u>4.502.374</u>	<u>1.062.954</u>	<u>5.565.328</u>

16.4. As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações:

	(%)	
	2000	1999
US\$.....	9,30	48,01
Sw Fr.....	7,66	28,36
DM.....	1,93	26,74
FF.....	1,93	28,04
TR.....	2,10	5,73
IGP - M.....	9,95	20,10

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por certos processos jurídicos, perante diferentes tribunais, de natureza trabalhista, tributária e cível. A administração baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável, é considerado provável.

Composição:

	2000			1999		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Trabalhistas						
Ações diversas	3.125	8.351	7.219	(6.982)	5.226	4.874
Ação de periculosidade	3.286	11.296	-	(21.895)	8.010	-
	6.411	19.647	7.219	(28.877)	13.236	4.874
Cíveis						
Consumidores (Portaria DNAEE 38 e 45/86).....	5.791	13.239	-	-	7.448	-
Ações diversas	(37)	6.571	10.161	(524)	6.608	8.988
	5.754	19.810	10.161	(524)	14.056	8.988
TOTAL	12.165	39.457	17.380	(29.401)	27.292	13.862

18. PROVISÃO PARA ENCARGOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

	2000			1999		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
COFINS (1).....	17.781	34.420	-	(938.683)	16.639	174.656
PIS/PASEP (2).....	(372.369)	-	-	104.392	372.369	374.327
IRPJ (3).....	(9.488)	-	-	1.672	9.071	-
Contribuição Social (3).....	(4.337)	-	-	765	4.147	-
	(368.413)	34.420	-	(831.854)	402.226	548.983

(1) A partir de julho de 1999, a CESP passou a recolher a COFINS sobre o faturamento, à alíquota vigente de 3%, porém continua questionando a constitucionalidade da inclusão na base de cálculo das receitas financeiras e receitas não operacionais, tendo obtido liminar da 16ª Vara Federal de São Paulo, com sentença favorável ao recolhimento conforme definido pela Lei Complementar 70/91, ou seja, somente sobre o faturamento. A Companhia vem provisionando estes valores (não recolhidos) acrescidos dos encargos moratórios aplicáveis.

(2) A CESP questionava judicialmente o seu enquadramento como contribuinte do PASEP até setembro de 1988 e a constitucionalidade das contribuições ao PIS/PASEP a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Em 1994 a Companhia foi autuada pelas contribuições não pagas no período compreendido entre janeiro de 1989 a agosto de 1994. Em 1997 a CESP teve parte de suas aplicações financeiras penhoradas e bloqueadas para a liquidação de execução fiscal relacionada à autuação mencionada. Em setembro de 1999, com base na Medida Provisória nº 1.858-8/99, foram apresentados cálculos com o objetivo de converter em renda para União, os recursos bloqueados para quitação final das contribuições não recolhidas, acrescidas dos encargos moratórios aplicáveis. Face a decisão favorável proposta da CESP no julgamento realizado em 29 de novembro de 2000, pelo Tribunal Regional Federal de São Paulo, a Companhia procedeu a baixa em contraposição ao Ativo Circulante - Cauções e Depósitos Vinculados (Nota 10.1).

A parcela não coberta pelos recursos bloqueados, no montante R\$ 25.276 foi incluída no REFIS.

A partir de julho de 1999, a Companhia passou a recolher normalmente as contribuições ao PIS, à alíquota vigente de 0,65% sobre todas as suas receitas.

(3) Contingências incluídas no REFIS (Nota 14).

19. VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	2000			1999
		Circulante	Longo Prazo	Total	Total
ELETOBRÁS	- Energia de ITAIPU, Própria e Transporte de Potência.....	10.180	116.228	126.408	118.796
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS				
	Quadro CESP.....	26.012	414.024	440.036	376.040
	Quadro Fundação CESP.....	689	1.378	2.067	2.429
	- Contrato Financeiro	9.895	16.491	26.386	31.129
		<u>36.596</u>	<u>431.893</u>	<u>468.489</u>	<u>409.598</u>
		<u>46.776</u>	<u>548.121</u>	<u>594.897</u>	<u>528.394</u>

19.1. ELETOBRÁS

Refere-se a saldo remanescente (pós cisão) de contrato de refinanciamento do saldo de aquisição de energia, pagável em 168 parcelas mensais desde 15 de junho de 1999, sendo atualizado pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente.

19.2. Fundação CESP

Refere-se a saldo remanescente (pós cisão) de contrato para a cobertura de déficit técnico atuarial existente junto à Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, de parcelamento relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado" - BSPS. Este saldo vem sendo amortizado em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, e é atualizado pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a., ou pela variação do custo atuarial (que em 2000 foi de 16,93%), dos dois índices aplica-se o maior. A Companhia efetuou os ajustes relativos à variação do custo atuarial à data do balanço.

Inclui também saldo de contrato financeiro firmado em 06 de agosto de 1999, referente a pagamento de benefícios definidos pela Lei nº 4.819/58, o qual vem sendo amortizado em 48 parcelas mensais, corrigidas pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 6% a.a. (Nota 9.2).

20. OUTROS - PASSIVO CIRCULANTE

	2000	1999
Desapropriações	189.155	134.834
Convênio Ministério dos Transportes - Hidrovia Tietê-Paraná	41.940	38.540
Pré-venda de Energia Elétrica	26.631	29.780
Fundação CESP.....	16.554	15.147
Transferência de CRC - Lei nº 8.631/93.....	8.185	12.161
Concessionárias de Energia Elétrica.....	1.605	2.448
Outros.....	10.931	12.695
	<u>295.001</u>	<u>245.605</u>

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital Social

O capital social integralizado, no valor de R\$ 2.655.433, está dividido em 48.541.652 mil ações ordinárias e 45.156.610 mil ações preferenciais. O capital social autorizado da CESP é representado por 101.653.775 mil ações, sendo 52.663.113 mil ordinárias e 48.990.662 mil preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito a voto; no entanto, têm a prioridade no reembolso do capital e o direito a dividendos de 10% a.a., não cumulativos.

As ações preferenciais são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa, desde que integralizadas, durante períodos específicos, determinados pela Administração. Cada acionista pode solicitar a conversão de até 3% do capital social; entretanto, o total das conversões não pode exceder 5% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2000 os principais acionistas da CESP são:

	Quantidades de Ações - Em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Empresas Ligadas:						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	29.377.531	60,52	6.321.277	14,00	35.698.808	38,10
Nossa Caixa/Nosso Banco S/A.....	5.136.117	10,58	7.686.364	17,02	12.822.481	13,69
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.627	2,73	-	-	1.323.627	1,41
Outros.....	82.933	0,17	-	-	82.933	0,09
	<u>35.920.208</u>	<u>74,00</u>	<u>14.007.641</u>	<u>31,02</u>	<u>49.927.849</u>	<u>53,29</u>
Outros						
Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA.....	6.123.203	12,61	13.016.787	28,83	19.139.990	20,43
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS.....	37.633	0,08	6.664.527	14,76	6.702.160	7,15
Cypress Corporation.....	707.824	1,46	119.000	0,26	826.824	0,88
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.....	296.439	0,61	260.960	0,58	557.399	0,59
The GMO Emerging Markets Fund.....	392.900	0,81	291.826	0,65	684.726	0,73
GWI Factoring Ltda.....	239.974	0,49	226.900	0,50	466.874	0,50
Fund. Econômicos Feder Funcef.....	-	-	474.544	1,05	474.544	0,51
The Bank of New York ADR Department.....	-	-	365.057	0,81	365.057	0,39
Outros.....	4.823.471	9,94	9.729.368	21,54	14.552.839	15,53
	<u>48.541.652</u>	<u>100,00</u>	<u>45.156.610</u>	<u>100,00</u>	<u>93.698.262</u>	<u>100,00</u>

21.2. Reservas

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Reservas de Capital		
Ágio na Subscrição de Ações.....	10.373	10.373
Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio.....	34.297	34.297
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio (a).....	4.937.750	4.937.750
Doações e Subvenções para Investimentos.....	29.106	29.106
Subvenções para Investimentos - CRC.....	429.396	429.396
Incentivos Fiscais - FINAM/FINOR.....	101.197	98.366
	<u>5.542.119</u>	<u>5.539.288</u>
Reservas de Lucros		
Reserva Legal.....	198.919	198.919
Reservas Estatutárias (b).....	231.912	231.912
Reserva de Lucros a Realizar (c).....	1.031.205	1.093.869
Reserva Especial de Dividendos - Ações Ordinárias -1999	137.568	137.568
	<u>1.599.604</u>	<u>1.662.268</u>

a. Remuneração das Imobilizações em Curso

São créditos resultantes da capitalização da remuneração, calculada até 31 de dezembro de 1998, sobre recursos próprios utilizados durante a construção, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital.

b. Reservas Estatutárias

Constituída de 20% do lucro líquido, deduzido da reserva legal e dos juros sobre o capital próprio, referente aos exercícios de 1997, 1998 e 1999.

c. Reserva de Lucros a Realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária (até 1995). Esta reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de lucros acumulados.

21.3. Destinação do Resultado

	2000	1999
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício.....	(414.299)	29.199
Apropriação:		
Realização de Reserva de Reavaliação em Controlada.....	-	53.068
Realização de Reserva de Lucros a Realizar	62.664	73.498
Realização de Reserva de Lucros - Conta de Cisão.....	-	242.821
	<u>(351.635)</u>	<u>398.586</u>
Constituição:		
Reserva Legal.....	-	(1.460)
Reservas Estatutárias.....	-	(5.548)
	<u>-</u>	<u>(7.008)</u>
	<u>(351.635)</u>	<u>391.578</u>
Destinação:		
Dividendos para as Ações Preferenciais	-	(127.975)
Reserva Especial de Dividendos para as Ações Ordinárias	-	(137.568)
	<u>-</u>	<u>(265.543)</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	<u>(351.635)</u>	<u>126.035</u>

A destinação do lucro líquido ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 1999, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária instalada em 25 de abril de 2000 e concluída em 05 de maio de 2000, compreendeu: **(a)** o pagamento de dividendos para as ações preferenciais em 03 parcelas iguais nos meses de setembro, outubro e novembro de 2000, **(b)** a constituição de Reserva Especial correspondente à parcela de lucros não distribuída sob a forma de dividendos às ações ordinárias, em conformidade com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Nota 21.2). Ainda, com base no disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 59/86, foi aprovada a manutenção do saldo remanescente de lucros na conta de lucros acumulados, em consonância com a necessidade de recursos prevista no Orçamento da Companhia para o exercício de 2000, aprovado na mesma AGO.

Em 31 de dezembro de 1999, a constituição da Reserva Especial de dividendos e a retenção do saldo remanescente de lucros na conta de lucros acumulados foi necessária devido aos investimentos significativos (de caráter compulsório para honrar contratos de venda de energia e compromissos de investimentos assumidos junto à ANEEL) a serem realizados pela Companhia na conclusão da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e ao fluxo de amortizações de dívidas de 2000 e 2001.

A Administração da Companhia, propõe para 31 de dezembro de 2000 a manutenção desta Reserva, tendo em vista as mesmas justificativas apresentadas na época de sua constituição, particularmente o fluxo de amortizações de dívidas de 2001 e 2002.

O prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2000 (após a realização de reservas de lucros a realizar) será absorvido pelos lucros acumulados existentes, com base no artigo 189 parágrafo único da Lei nº 6.404/76.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de uma série de transações com partes relacionadas; a seguir destacamos as principais:

	SECRETARIA DA FAZENDA		NOSSA CAIXA/ NOSSO BANCO		ELETROBRÁS	
	2000	1999	2000	1999	2000	1999
ATIVO						
CIRCULANTE						
Disponibilidades - Aplicações.....	-	-	469.716	245.964	-	-
Valores a Receber (Nota 9).....	66.061	8.490	-	-	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						
Valores a Receber (Nota 9).....	491.122	339.169	-	-	-	-
PERMANENTE						
Imobilizado em Serviço.....	28.130	32.874	-	-	-	-
	<u>585.313</u>	<u>380.533</u>	<u>469.716</u>	<u>245.964</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
PASSIVO						
CIRCULANTE						
Empréstimos e Financiamentos (16.1)...	-	-	-	-	3.886	4.013
Valores a Pagar (19.1).....	-	-	-	-	10.180	8.316
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO						
Empréstimos e Financiamentos (16.1)...	-	-	-	-	23.676	23.689
Valores a Pagar (19.1).....	-	-	-	-	116.228	110.480
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>153.970</u>	<u>146.498</u>

23. RECEITAS DE VENDA E CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

Em decorrência da reestruturação societária da CESP, como preparação para sua desestatização, as atividades de distribuição, transmissão e parte da geração foram cindidas, como segue:

- a) Em 26 de março de 1999 o acervo líquido das atividades de transmissão foi cindido para a formação da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.
- b) Em 26 de março de 1999 o acervo líquido das Usinas do Rio Paranapanema foi cindido para a formação da Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, e o acervo líquido das Usinas do Rio Tietê (exceto a Usina de Três Irmãos) além das Usinas de Água Vermelha e as localizadas no Rio Pardo, foi cindido para a formação da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê.

Tendo em vista estes fatos, as receitas e os custos das atividades operacionais de 2000 não são comparáveis com as de 1999, pois até 31 de março de 1999 o resultado da CESP incluía as operações das empresas incorporadoras das referidas parcelas cindidas de seu patrimônio.

23.1. Reajustes Tarifários de Suprimento e Fornecimento de Energia

No ano de 2000, a CESP em conjunto com as Concessionárias de Distribuição (ELETROPAULO, BANDEIRANTE e ELEKTRO) e a ANEEL, procedeu negociações objetivando a concatenação das datas de reajustes tarifários. Tal processo teve início em maio de 2000, resultando na alteração das datas de reajuste das tarifas de suprimento da CESP, inicialmente previsto para 07 de agosto de 2000, que a partir de 2001 passarão a ser: ELETROPAULO - 04 de julho, ELEKTRO - 07 de agosto, BANDEIRANTE - 11 de outubro e a CPFL está em negociação junto à ANEEL a data de 08 de abril

O reajuste das tarifas de suprimento da CESP em 2000, devido ao processo de concatenação, foi dividido em três datas, conforme quadro abaixo:

<u>DISTRIBUIDORAS SUPRIDAS</u>	<u>DATA DO REAJUSTE</u>	<u>RESOLUÇÃO ANEEL Nº</u>	<u>% DE REAJUSTE</u>
ELETROPAULO	04.07.2000	250 de 03.07.2000	14,93%
ELEKTRO, CPFL e BANDEIRANTE	11.08.2000	295 de 10.08.2000	16,06%
BANDEIRANTE (concatenação de datas)	11.10.2000	392 de 10.10.2000	3,27%

As tarifas de fornecimento foram reajustadas pela Resolução ANEEL nº 549 de 14 de dezembro de 2000, com vigência a partir de 15 de dezembro de 2000, com índice de 18,42%.

23.2. Energia Vendida

	MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2000	1999	2000	1999
Fornecimento				
Industrial.....	2.122.689	1.897.518	97.558	84.382
Comércio, Serviços e Outras Atividades.....	-	239	-	38
Serviço Público.....	11	1.731	68	1.575
Fornecimento - Total.....	2.122.700	1.899.488	97.626	85.995
Suprimento				
ITAIPU - Repasse				
Contrato.....	-	10.346.551	-	632.064
Transporte.....	-	-	-	60.611
Excedente.....	-	1.808.818	-	2.021
ITAIPU - Repasse - Total.....	-	12.155.369	-	694.696
Geração Própria/Outras				
ELETROPAULO.....	10.944.713	14.254.923	496.420	573.096
BANDEIRANTE.....	5.841.511	9.150.703	262.981	367.803
CPFL.....	5.946.768	7.775.370	262.874	316.160
ELEKTRO.....	5.402.160	5.707.216	205.097	214.466
Outras.....	1.268.839	1.983.042	53.761	75.555
Comercialização de Curto Prazo.....	-	2.474.429	54.985	3.941
Contrato/Comercialização - Total.....	29.403.991	41.345.683	1.336.118	1.551.021
Suprimento - Total.....	29.403.991	53.501.052	1.336.118	2.245.717
Energia Elétrica Vendida - Total.....	31.526.691	55.400.540	1.433.744	2.331.712

23.3. Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica

	MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2000	1999	2000	1999
ITAIPU - Repasse				
Contrato.....	-	10.346.551	-	582.676
Transporte.....	-	-	-	60.612
Excedente.....	-	1.808.818	-	2.021
ITAIPU - Repasse - Total.....	-	12.155.369	-	645.309
Revenda				
ITAIPU				
Contrato.....	401.808	602.959	23.478	70.638
Transporte.....	-	-	1.146	2.907
Excedente.....	71.594	152.905	79	73
	473.402	755.864	24.703	73.618
Contrato				
FURNAS.....	-	6.359.537	-	212.066
CTEEP.....	-	-	15.281	39.259
EPTe.....	-	-	2.390	1.536
Rede Básica.....	-	-	11.260	6.142
	-	6.359.537	28.931	259.003
Comercialização de Curto Prazo				
FURNAS.....	-	(72.931)	1.384	958
Contratos Bilaterais.....	502.400	211.880	63.082	11.222
Estimativa Mercado Spot.....	-	-	14.802	51.882
Reversão Estimativa.....	-	-	(51.882)	-
Outras.....	-	545.746	46.503	18.709
	502.400	684.695	73.889	82.771
Revenda - Total.....	975.802	7.800.096	127.523	415.392
Energia Elétrica Comprada - Total.....	975.802	19.955.465	127.523	1.060.701

Os valores de compras e vendas de energia estão vinculados:

- a) à demanda contratada medida em MW; e
- b) à energia correspondente em MWh, apurada com base na quantidade efetivamente medida.

A energia excedente corresponde a otimização da energia, sendo determinada em MWh.

A partir de junho de 1999, as distribuidoras passaram a adquirir energia diretamente de ITAIPU, não refletindo mais essa operação no resultado da CESP.

Energia de otimização refere-se ao excedente de energia produzida, além da capacidade de energia assegurada, comercializada entre Concessionários, gerada em razão da adequada programação energética do sistema interligado.

Energia de comercialização de curto prazo engloba a energia de otimização, as energias temporariamente contratadas entre Concessionários e as insuficiências apresentadas junto ao Mercado Atacadista de Energia - MAE por ocasião dos fechamentos mensais.

A ANEEL, através da Resolução nº 167, de 31 de maio de 2000, estabeleceu as receitas anuais permitidas vinculadas às instalações de transmissão de energia elétrica, o valor da tarifa de uso da Rede Básica e os encargos de conexão.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS/VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Receita		
Rendimento de Aplicações Financeiras.....	60.239	160.708
Atualização Cauções e Depósitos - COFINS/PIS/PASEP	26.062	129.621
Atualização Cauções e Depósitos (Nota 10.2).....	52.025	154.784
Atualização Crédito de Alienações.....	38.404	44.034
Atualização de Valores a Receber (Nota 9).....	74.244	-
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos.....	4.922	31.498
Multas e Acréscimos Moratórios - Contas de Energia.....	19.336	12.207
Outras.....	7.339	28.025
	<u>282.571</u>	<u>560.877</u>
Despesa		
Encargos de Dívidas		
Moeda Estrangeira.....	(495.308)	(454.784)
Moeda Nacional.....	(43.398)	(91.202)
	<u>(538.706)</u>	<u>(545.986)</u>
Outras		
Encargos s/ Tributos e Contribuições.....	(32.996)	(185.607)
Contrato ELETROBRÁS (Nota 19.1).....	(11.299)	(51.632)
Contrato Fundação CESP (Nota 19.2).....	(23.010)	(28.016)
CPMF.....	(14.262)	(11.374)
COFINS s/ Receitas Financeiras (1).....	(8.929)	(17.991)
PIS s/ Receitas Financeiras (1).....	(1.935)	(3.898)
Outras.....	(23.485)	(43.819)
	<u>(115.916)</u>	<u>(342.337)</u>
	<u>(654.622)</u>	<u>(888.323)</u>
	<u>(372.051)</u>	<u>(327.446)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda Estrangeira.....	(374.356)	(1.884.473)
Moeda Nacional.....	(149.947)	(294.205)
	<u>(524.303)</u>	<u>(2.178.678)</u>

(1) Em atendimento a Instrução de encerramento da ANEEL, foram reclassificados da rubrica Outras - Despesas Operacionais.

25. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Alienação de Ações (ON/PN) - ELEKTRO (a).....	-	204.276
Alienação do Controle Acionário - COMGÁS (b).....	-	1.410.410
Alienação/Permuta de Ações - CPFL (c).....	-	206.966
Reversão de Encargos Moratórios - COFINS/PIS/PASEP (Medida Provisória nº 1.858-8/99) - (Nota 18).....	-	236.550
COFINS s/ Receitas não Operacionais (1).....	(1.678)	(2.560)
PIS s/ Receitas não Operacionais (1).....	(363)	(555)
Outras Receitas / (Despesas).....	(56.658)	29.411
Item Extraordinário - REFIS:		
- Notificação do INSS (Nota 14).....	(218.125)	-
- Imposto de Renda s/ Indenizações (Nota 14).....	(58.382)	-
	<u>(335.206)</u>	<u>2.084.498</u>

(1) Em atendimento a Instrução de encerramento da ANEEL, foram reclassificados da rubrica Outras - Despesas Operacionais.

a. Alienação das Ações da ELEKTRO

Após concluída a alienação do controle acionário da ELEKTRO, em 1998, remanesceram com a CESP 1.261.485 mil ações ordinárias e 40.089.457 mil ações preferenciais, as quais foram leiloadas em sua totalidade, na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, em 18 de fevereiro de 1999, sendo adquiridas pelo grupo controlador da ELEKTRO, pelo valor de R\$ 413.509, com um ganho líquido de R\$ 204.276.

b. Desestatização da COMGÁS

Em 14 de abril de 1999, em leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, a CESP auferiu ganho na venda de 6.218.024.658 ações ordinárias de sua propriedade, representando 51,89% do capital votante, ao preço de R\$ 261,76 por lote de mil ações, perfazendo o total de R\$ 1.627.630, com um ágio de 119,32% em relação ao preço mínimo.

Concluída a oferta aos empregados e a aquisição das ações remanescentes pelo novo controlador, o valor da alienação alcançou o total de R\$ 1.770.731, resultando em um ganho líquido de R\$ 1.410.410.

c. Alienação das Ações da CPFL

Em leilão realizado na BOVESPA, em 19 de novembro de 1999, foram adquiridas pela DOC-4 Participações S.A., 163.018.360 ações ordinárias e 2.182.538.976 ações preferenciais de emissão da CPFL, pertencentes a CESP, ao valor de R\$ 302.694, que deduzido do custo do investimento de R\$ 195.572, resultou em um ganho líquido de R\$ 107.122. Também foi efetuada a permuta de 1.317.453.984 ações por debêntures da 7ª emissão, resultando em um ganho líquido de R\$ 99.844.

26. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP são mantidos planos de complementação e suplementação de aposentadorias e pensão aos empregados da CESP.

26.1. PLANO “B” E “B1” - SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS

É regido pela Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. A entidade patrocinadora é a própria CESP. Proporciona benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, utilizando o regime financeiro de capitalização. O valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições futuras, determinam as necessidades de reservas.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997 objetivando equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em decorrência do saldamento do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS (Plano B) existente junto à Fundação CESP (Nota 19.2), foi criado o Plano B1 de benefícios, que passou a substituir o Plano B. Este plano entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

O custeio desse plano ocorre por contribuições paritárias entre a empresa e os empregados. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por consultores atuariais independentes

A contribuição da patrocinadora no ano de 2000 foi de 8,43% sobre os salários reais de contribuição.

Os benefícios do Plano B anterior se mantêm idênticos para os participantes assistidos. No caso dos participantes não assistidos, as reservas correspondentes aos mesmos foram saldadas pela patrocinadora em 31 de dezembro de 1997 e os benefícios serão pagos aos participantes, também na forma de renda vitalícia, quando do início do prazo de suas aposentadorias. O saldo do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS será corrigido até a data do início dos pagamentos dos benefícios pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas e quando do início da concessão dos benefícios de acordo com o mesmo índice, nas mesmas datas em que forem reajustados os benefícios da Previdência Social.

A seguir, as principais informações financeiras do plano da CESP, em 31 de dezembro de 2000 e 1999, fornecidas pela Fundação, demonstrando a posição das reservas com base no parecer dos atuários:

	Plano - B		Plano - B1			
			Benefício Definido		Contribuição Definida	
	2000	1999	2000	1999	2000	1999
Valor Corrente do Ativo Líquido.....	1.466.435	1.441.108	39.307	29.683	1.230	783
Reservas Matemáticas						
(Valor Atuarial dos Benefícios)						
Benefícios Concedidos.....	1.218.343	1.109.957	18.099	14.095	36	13
Benefícios a Conceder.....	268.222	260.485	21.208	14.903	1.194	770
	1.486.565	1.370.442	39.307	28.998	1.230	783
Superávit (déficit) Técnico Atuarial.....	(20.130)	70.666	-	685	-	-
Fundos						
Fundo Cobertura de Oscilação de Risco.....	-	-	-	-	32	27
Patrimônio.....	1.466.435	1.441.108	39.307	29.683	1.262	810

	2000	1999
Custo Anual dos Planos		
Alocado às Operações.....	4.861	9.057
Alocado ao Imobilizado em Curso.....	1.248	2.632
	<u>6.109</u>	<u>11.689</u>

Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece a seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica, os quais também são administrados pela Fundação CESP.

Em 13 de dezembro de 2000, foi editada a Deliberação CVM nº 371, que trata da contabilização dos Planos de Pensão e define normas para cálculo das obrigações atuariais e Planos de Benefícios definidos, cuja aplicação é obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2002.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço patrimonial pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

As aplicações financeiras consistem, principalmente, de aplicações em certificados de depósitos bancários, que estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A contratação e o controle dessas operações são efetuados através de critérios periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado com os quais são realizadas.

28. EVENTOS SUBSEQÜENTES

28.1. Taxas Regulamentares

A Resolução ANEEL nº 582, de 28 de dezembro de 2000, fixou a Taxa Anual de Fiscalização para 2001, em R\$ 6.319.

Através do Despacho ANEEL nº 571, de 28 de dezembro de 2000, foram fixadas as Quotas Anuais de RGR e Juros sobre o Fundo de Reversão, em R\$ 42.572 e R\$ 456, respectivamente.

28.2. Captação de Recursos no Mercado Internacional

A CESP concretizou, em fevereiro de 2001, a operação de lançamento de títulos no mercado internacional, dentro de um programa de Euro-Medium Term Notes de até US\$ 700 milhões, após credenciamento concedido pelo Banco Central do Brasil.

A captação foi realizada em duas séries: a primeira série foi lançada dia 12 de fevereiro de 2001 em dólares norte-americanos, no montante de US\$ 300 milhões, com juros semestrais de 10,50% a.a. e vencimento único do principal em 05 de março de 2004. A segunda e última série, lançada em Euros no dia 20 de fevereiro de 2001, alcançou o valor de 200 milhões de Euros, com juros anuais de 9,75% a.a. e vencimento único do principal em 27 de fevereiro de 2004.

Os recursos levantados com a operação destinam-se à liquidação do bônus lançado no mercado europeu em 06 de maio de 1996, no valor de DM 1,075 bilhões, com vencimento em 10 de maio de 2001, registrado no passivo circulante (Nota 16.1).

28.3. Captação de Recursos no Mercado Interno

Em leilão realizado na BOVESPA, em 07 de março de 2001, a Companhia concluiu a operação de lançamento da 7ª emissão de Certificados a Termo de Energia Elétrica - CTEE's, no valor de R\$ 200 milhões, em 12 séries e estão vinculados a tarifa B3 da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL). Os papéis são remunerados pela variação da taxa CDI (Certificados de Depósitos Interbancários) mais 2% ao ano. O prazo final de amortização é de três anos, incluindo 24 meses de carência. Os recursos serão aplicados na Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
PRESIDENTE

JULIO CESAR LAMOUNIER LAPA
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

VICENTE KAZUHIRO OKAZAKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO

IRAMIR BARBA PACHECO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO,
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

SILVIO ROBERTO ARECO GOMES
DIRETOR DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES
DIRETOR DE MEIO AMBIENTE

IVO ANTONIO FUCHS
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR GERAL
CRC-1PR028765/T-0-SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE

VICE-PRESIDENTE

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

CONSELHEIROS

CARLOS PEDRO JENS

DALMO DO VALLE NOGUEIRA FILHO

FERNANDO CARVALHO BRAGA

FRANCISCO WAGNER MONTEIRO

GUSTAVO DE SÁ E SILVA

LÍVIO ANTONIO GIOSA

LUCIA MARIA DAL MEDICO

LUIZ DE FREITAS BUENO

MARCOS ARBAITMAN

MIGUEL CARLOS FONTOURA DA SILVA KOZMA

NELSON VIEIRA BARREIRA

NORBERTO DE FRANCO MEDEIROS

SILVIO ALEIXO

XISTO VIEIRA FILHO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP - Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os itens I, II e VII do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis da Empresa, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2000, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, este conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 19 de março de 2001

ANTONIO VAZ SERRALHA

FERNANDO JANOTTI MOREIRA

ILBERTO RODRIGUES DOS SANTOS

JOSÉ ANTONIO XAVIER

PAULO ROBERTO DE HOLANDA SALES